

CULTURA, PODER E SUBJETIVAÇÃO

Ana Lúcia de CASTRO¹
Renata Medeiros PAOLIELLO²

O dossiê que temos o prazer de apresentar articula textos que fazem uma interlocução com os temas de pesquisa debatidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Contemporânea – GEPAC³.

As discussões levadas a cabo giram em torno de problemáticas que emergem no contexto de globalização desigual e de mundialização cultural, em que as ciências humanas retomam a preocupação com o sujeito e a ação histórica, após a viragem estruturalista. Cenário que coloca novos desafios à antropologia, em face da apropriação do conceito de cultura para fora da disciplina, tendendo-se a essencializá-lo nos movimentos sociais, justamente quando a antropologia o problematiza e processualiza, introduzindo a desordem nos paradigmas clássicos, que domesticaram a subjetividade, o indivíduo e a história (OLIVEIRA, 1997, p.107).

Nesse contexto, não só ganham força contribuições como as de Pierre Bourdieu (2002, 1996), com sua teoria da prática e sua proposta de uma ciência social reflexiva, e de Marshall Sahlins (2004), com sua antropologia histórica, como também as da antropologia interpretativa, e sua variação “pós-moderna”. Esta última encetará o diálogo com os autores pós-coloniais –

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Contemporânea (GEPAC). Araraquara, SP – Brasil – 14800-901 – castroanalucia75@gmail.com

² UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Contemporânea (GEPAC). Araraquara, SP – Brasil – 14800-901 – paoliello@fclar.unesp.br

³ O GEPAC, ligado ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da FCL/UNESP – Campus de Araraquara, e credenciado no CNPq, é liderado pelas professoras Ana Lúcia de Castro e Renata Medeiros Paoliello.

Stuart Hall (2000), Homi Bhabha (2005), Edward Said (2007), Arjun Appadurai (1996), entre outros –, através de Foucault, questionando a própria disciplina. O eixo condutor deste debate, que vem constituindo o campo das ciências sociais contemporâneas, refere-se à ação histórica de sujeitos. Nestes processos contemporâneos, o sujeito (outrora de consciência e da consciência de classe) se torna o sujeito do enunciado, posição no discurso, que pode vir a ser sujeito da enunciação, sujeito político, a partir de suas experiências diferenciadas no mundo social (FOUCAULT, 1985).

É este diálogo com Foucault que define a especificidade dos estudos pós-coloniais, em relação aos estudos culturais ingleses, dos quais eles são oriundos⁴. Como decorrência deste diálogo, a subjetividade, mais do que tema, irá se tornar a preocupação teórica nuclear dos estudos pós-coloniais.

Nos estudos culturais, a preocupação é a de lançar luz ao sujeito e suas possibilidades de apropriação e resignificação dos sentidos hegemonicamente construídos. Ao trabalharem mais sistematicamente – embebidos pela influência do pensamento gramsciano – com a ideia de resistência, os autores ligados a esta vertente sugerem que o indivíduo não é um mero reprodutor das estruturas e recuperam a ideia de uma correspondência dialética entre os agentes e as instituições. Os temas da recepção dos meios massivos, dos estilos de juventude, do corpo, dos conflitos raciais, das relações de gênero, da subjetividade, da identidade e do consumo, emergem dessa preocupação com o modo como a ideologia é vivenciada. Passam assim a ser trabalhados a partir de universos empíricos claramente recortados, operando uma revisão cabal da noção de ideologia como falseamento ou ocultação do real, e da metáfora marxista acerca da superestrutura como reflexo da base material (WILLIAMS, 1979).

O estudo de Richard Hoggart (1992) acerca dos “usos da literatura” – ao lado das reflexões de Edward Thompson e Raymond Williams – contribuiu para a construção de uma perspectiva teórica na qual cultura é entendida em sua dimensão “ordinária”, em contraposição à noção de cultura como erudição (“alta cultura” na tradição intelectual inglesa), e como “todo um modo de vida”, portanto não como um reflexo, mas como constitutiva das relações de produção. A pesquisa levada a

⁴ Trata-se da Escola de Birmingham nos anos 1950 e que teve em Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Thompson suas figuras centrais.

cabo por Hoggart, por exemplo, dirige o foco da atenção para revistas de comportamento, um tipo de material até então desprezado, inaugurando um novo olhar sobre a cultura popular de massa⁵, não mais entendida apenas como forma de alienação, instrumento ideológico a serviço dos interesses da dominação. A partir da perspectiva inaugurada pelos estudos culturais, o foco da atenção dos pesquisadores volta-se, de um lado, para as maneiras pelas quais os conteúdos dos meios de comunicação de massa acionam e atualizam elementos da cultura popular, entendida como matriz cultural, e de outro, para a maneira como são vividos (sentidos e experimentados) nas práticas cotidianas. Neste sentido, eles se opõem às interpretações derivadas da reflexão adorniana acerca da indústria cultural, que pressupõem existir, no universo massivo, apenas submissão e reprodução, apontando também as apropriações, resistências e produção de sentido por parte dos receptores.

Na história das ciências sociais, muitos são os exemplos em que podemos identificar a marca desta preocupação fundante acerca dos limites e constrangimentos culturais, impostos objetivamente pelas estruturas e instituições sociais, de um lado, e as formas de apropriação, incorporação ou resignificação operadas pelos indivíduos e grupos, de outro. Neste sentido, podemos lembrar a contribuição de Michel de Certeau (1994), com suas reflexões sobre o consumo, entendido como usos/ apropriações e como *produção de sentido*, para lançar luz às mediações e reapropriações operadas pelos grupos dominados em suas *táticas* cotidianas:

[...] diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”. Produtores desconhecidos, poetas de seus negócios, inventores de trilhas nas selvas da racionalidade funcionalista, os consumidores (...) traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam (DE CERTEAU, 1994, p.97).

Esta preocupação também aparece no pensamento de Marshal Sahlins (2004), que problematiza a relação entre

⁵ Vale lembrar que na tradição intelectual inglesa, o termo “cultura popular” envolve a “cultura de massa”. Nesta esteira, Jesús Martín-Barbero propõe o uso do termo “popular de massa” para referir-se aos produtos culturais massivos que, como pressuposto, guardam relação com a matriz cultural “popular”.

estrutura e história para questionar a perspectiva que aponta a extinção das culturas particulares na sua incorporação ao sistema mundial. Como podemos perceber em suas considerações acerca das cosmologias do capitalismo (SAHLINS, 1997; 2004), o autor lança luz sobre os processos de resignificação operados localmente, frente à expansão do capitalismo:

[...] a ordem global contemporânea foi decisivamente moldada pelos chamados povos periféricos, pelas diversas maneiras segundo as quais esses povos articularam culturalmente o que lhes estava acontecendo [...]. Assim, teremos de examinar como os povos indígenas lutam por integrar sua experiência do sistema mundial em algo que é mais lógica e ontologicamente inclusivo: seu próprio sistema do mundo [...] o sistema mundial não é uma física de relações proporcionais entre “impactos” econômicos e “reações” culturais (SAHLINS, 2004, p.447-448).

Neste mesmo contexto, os assim chamados estudos pós-coloniais se fortalecem, apregoando a necessidade de revisão das análises clássicas empreendidas pelas ciências sociais, sobretudo no que se refere às questões ligadas à relação entre cultura e poder. É nítida a influência dos estudos de Foucault na construção desta perspectiva teórica.

A vertente pós-colonialista traz como desdobramento uma crítica ao conceito de *cultura*, na medida em que este, produto das construções teóricas ocidentalistas, evocaria noções *essencialistas* e guardaria pouca correspondência com as práticas cotidianas realmente experimentadas. Nesse sentido, ela defende um novo lugar de enunciação do discurso científico, questionando os *regimes de verdade* (FOUCAULT, 1978) nos quais até então este se pautara. O processo de globalização, neste contexto dos anos 1980, era analisado, predominantemente, como um força homogeneizadora e, como tal, avassaladora das culturas e de suas particularidades locais. Além disso, a noção de cultura era criticada como uma espécie de fabricação possível apenas no contexto de dominação colonial. Curiosamente, como adverte Sahlins (1997), é justamente neste momento que diversas etnografias demonstram a força e a potência vital da cultura enquanto *organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos*, o que permite ao autor defender que a cultura não é, nem nunca será, um objeto em extinção. Em outras palavras, é preciso reconhecer a existência de uma cultura mundial, muito

mais marcada pela diversidade organizada globalmente, do que pela uniformização.

O trabalho de Arjun Appadurai, embora em alguns momentos contribua, como aponta Sahlins (1997), para a nefasta deslegitimação do conceito de cultura⁶, representa, por outro lado, um desdobramento da matriz de pensamento ancorada nos estudos culturais ingleses, na medida em que, ao tematizar as dimensões culturais da globalização, mobiliza a ideia de *agência*. Ao tomar o consumo⁷ como objeto de sua reflexão, enfatiza as evidências de que este, no mundo todo, provoca ironia, seletividade e resistência (APPADURAI, 1996). Em sua argumentação, ao discutir a noção de agência, marca sua diferença com relação à de liberdade, associando-a a noção de prazer. Nas palavras do autor,

[...] isto não é sugerir que consumidores são agentes livres. O consumo no mundo contemporâneo é frequentemente uma forma de escravização. Contudo, onde há consumo, há prazer, e onde há prazer há agência. Liberdade, por outro lado, é uma mercadoria um pouco mais artilosa (APPADURAI, 1996, p.7). (Tradução livre).

As reflexões de Appadurai colaboram no desmonte de uma perspectiva analítica que associa, frequentemente, o conceito de *agência* às noções de liberdade, criatividade e originalidade. Permite também reforçar a ideia de que é preciso diferenciar entre a metafísica e mística noção de agência, na qual os sujeitos são auto-construídos, como se não dependessem de instituições sociais para se constituírem como sujeitos, e uma noção de agência como algo socialmente produzido, permitida por recursos sociais diferentemente distribuídos, que geram diferentes formas e capacidades de ação em espaços sociais específicos.

A noção de agentes livres, no sentido de não determinados, é, evidentemente, insustentável, pois no que consistiria um ato humano não condicionado? Ele seria alguma criação espontânea,

⁶ Sahlins (2004, p.84-88) entende que não se pode negar a mediação das ordens culturais, enquanto sistemas compartilhados de inteligibilidade e agência, inscritos no *habitus*, e que não são só instrumentais. Contesta a posição de Foucault, que dissolve as ordens culturais em efeitos de poder, e reduz a agência ao sujeito individual, ao qual atribui múltiplas posições. O que, para Sahlins, coloca os indivíduos como personificações abstratas de macrocosmos culturais, personagens, pessoas coletivas abstratas, essencializadas e possuidoras de fins sociais.

⁷ Vale ressaltar que o consumo vem se configurando como fenômeno heurístico para análise das dinâmicas sócio-culturais contemporâneas, uma vez que os princípios estruturadores do universo das mercadorias (visibilidade, sedução e volatilidade) penetraram o tecido social, estruturando, também, as relações sociais e interpessoais (FEATHERSTONE, 1995; BAUMANN, 2008).

vinda do nada, uma metafísica forma de criação? Neste sentido, o conceito de *agência* aqui sugerido não implica na ideia de ações individuais totalmente livres ou desamarradas das teias sociais, mas diz respeito à possibilidade de os indivíduos darem forma e sentido às suas vidas sob circunstâncias de constrangimento social: “Atos são realizados por agentes, os quais são livres, no sentido de não determinados, sendo a agência a capacidade de agir socialmente constituída” (BARKER, 2010, p.233).

Contudo, mesmo admitindo que os caminhos da ação sejam socialmente construídos, a perspectiva teórico-analítica que mobiliza o conceito de agência pressupõe a possibilidade de execução de atos que façam diferença pragmática. A agência é demonstrada pela “escolha” de um determinado gesto, palavra ou performance ao invés de outro, definindo o sentido da ação, a qual passa por uma espécie de filtro que é subjetivo e individual. A preocupação com a noção de agência remete, diretamente, para o par *cultura e poder*, que perpassa as reflexões reunidas neste dossiê. O conjunto de artigos aqui apresentados, embora sob enfoques diversos, problematiza esta relação: possibilidades da análise antropológica do político, políticas culturais, religião e política, empoderamento de minorias, institucionalidades e sua relação com esferas da vida social em processo de reconhecimento e democratização.

O texto de abertura, de autoria de Marcos Lanna, detém-se sobre a problemática teórica relativa à possibilidade de se pensar a política a partir de instrumentos conceituais fornecidos pela antropologia estrutural, tal como apropriada por Pierre Clastres, e aponta a potencialidade de abordá-la como linguagem ou código.

No texto seguinte, Paulo José Brando Santilli realiza um balanço dos resultados das políticas de regularização das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, no período posterior à vigência da Constituição de 1988, e considerando a crise atual da política indigenista. Para tanto, dá destaque à relevância das novas concepções jurídicas que fundamentam os direitos originários dos índios na diversidade de suas formas de organização social e na sua ação histórica diante dos processos de colonização. Ressalta, sobretudo, o efeito imprevisto do novo ordenamento: os fenômenos de ressurgência e de emergência étnica, de etnogênese, inclusive nas áreas de colonização mais antiga que a da Amazônia, nas quais suas identidades e

territórios estiveram mais prolongada e sistematicamente sob pressão.

A reflexão de Marcelo Alario Ennes adentra no *corpus* teórico do *interacionismo simbólico* para problematizar as dimensões relacional e política dos “processos identitários” operados na cultura contemporânea, buscando avançar na compreensão da dinâmica de produção das diferenças e do sentimento de pertença entre os grupos. Questionando a propalada associação entre as ideias de *identidade* e *pluralidade cultural* – associação esta que muitas vezes ofusca as relações de dominação, sob o aparente respeito às diferenças –, o autor enfatiza as dinâmicas de hierarquização da sociedade contemporânea para alargar a compreensão dos nexos entre cultura e poder.

O texto de Lucas Lopes de Moraes apresenta os resultados de trabalho de campo realizado na *Galeria do Rock*, em São Paulo, buscando entender as práticas de consumo como código ou linguagem e apontando a apropriação dos bens de consumo como importantes estratégias para os processos de identificação operados pelos indivíduos cotidianamente. Também situando o campo de sua reflexão na cidade de São Paulo, Yara Schreiber Dines analisa o papel do SESC São Paulo na constituição de práticas de lazer na cidade, a partir do acervo iconográfico e dos depoimentos de membros e ex-funcionários da instituição.

Ao lado do consumo e do lazer como espaços em que os indivíduos imprimem sentido às suas vidas, elaborando processos de identificação, inserem-se os usos das novas tecnologias, tal como aponta o trabalho de Marco Antonio de Almeida e João Robson F. Nogueira, enfocando a maneira como as políticas culturais, associadas às novas tecnologias, vêm impactando, também, a memória cultural de indivíduos e grupos.

Memória cultural igualmente trabalhada no texto de Olga Bailey sobre a experiência de mulheres africanas que, enquanto buscavam asilo político no Reino Unido, criaram sua própria Organização Não Governamental. Esta se configurou como um importante espaço para redefinição de seus processos identitários, bem como propiciou a elaboração de formas de resistência e *empoderamento* do grupo, expandindo, com isso, a própria noção de política.

O trabalho de Francirosy Campos Barbosa Ferreira problematiza o uso do véu islâmico (*hijab*) como instrumento de *empoderamento* e afirmação de identidade de mulheres

muçulmanas no Brasil, apontando para o entrelaçamento entre os conceitos de identidade e religião.

Esta é entendida como campo simbólico também na reflexão sobre o candomblé – percebido como sistema religioso e terapêutico – como propõem Estélio Gomberg e Ana Cristina de Souza Mandarino. Atentos às relações hierárquicas estabelecidas no interior do Terreiro, esses autores trabalham o Candomblé enquanto alternativa terapêutica dentre a multiplicidade de diagnósticos e tratamentos presentes na contemporaneidade, identificando uma particular concepção de processo saúde-doença compartilhada pelos adeptos.

A preocupação com as concepções de saúde e doença atravessa, igualmente, o texto de encerramento desta coletânea, que traz a problematização de Massimiliano Minelli acerca do poder e suas implicações para o campo da antropologia da saúde. A partir da etnografia realizada em um centro de saúde mental da região de Úmbria, Itália, o autor lança luz sobre os sujeitos envolvidos nas atividades terapêuticas e de reabilitação, buscando enfatizar significativos aspectos da agência individual e coletiva dentre específicas relações de poder cotidianamente experimentadas.

Esperamos, com este conjunto de textos, instigar o leitor, contribuindo para a reflexão acerca das práticas culturais na contemporaneidade, das relações entre antropologia, cultura e poder, bem como para as análises das *mediações* entre agentes e instituições culturais, contribuindo para a compreensão dos meandros dos processos culturais contemporâneos.

Referências

APPADURAI, A. *Modernity at large, cultural dimensions of globalization*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 1996.

BARKER, C. *Cultural studies: theory and practice*. London; New Delhi: Sage Publish, 2010.

BAUMANN, Z. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Minas Gerais, Ed. UFMG, 2005

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. *Cadernos da PUC/RJ*, Série letras e artes. Rio de Janeiro: Divisão de intercâmbios e edições, 1978.

_____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOGGART, R. *The uses of literacy: aspects of working class life*. London: Penguin Books, 1992.

OLIVEIRA, R. C. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo. In: _____ . *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. "O pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, Museu Nacional/Contra Capa, v.3, n.1, p.41-73, 1997.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. de Bolso, 2007.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

